Opinião

Agricultura familiar e o setor público



Mônika Bergamaschi*

DE ACORDO com o Censo Agropecuário 2006, do IBGE, existem no Brasil 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, que representam 84,4% do total (5.175.489), e que ocupam 24,3% (80,25 milhões de hectares) da área agrícola total. Nessas áreas são cultivados diversos produtos presentes em nosso cotidiano, tais como arroz, feijão, mandioca, milho, hortaliças, frutas, café, leite, criam-se aves, suínos e bovinos, somente para citar alguns.

No Estado de São Paulo, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) desenvolve, desde 1995, o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado (Lupa), sendo o trabalho de campo desenvolvido pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) e o controle de qualidade dos dados e análise estatística realizados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA). De acordo com o levantamento mais recente (2007/08), o tamanho médio das propriedades paulistas é de 63 hectares, sendo que das 324 mil propriedades existentes, 150 mil, ou 47%, são de agricultura familiar.

Muitos economistas afirmam que a agricultura familiar foi a mais prejudicada com a transferência de renda que incidiu sobre o setor agrícola nas últimas décadas. Os resultados foram o maior empobrecimento desta em relação à agricultura empresarial e a exclusão de uma grande parcela de pequenos produtores do mercado. Com isso caíram não apenas a demanda por insumos, equipamentos e tecnologia mas também o número de empregos, a produção de alimentos e outras matérias-primas.

A agricultura familiar, como qualquer outra atividade, necessita de capital, organização, gestão, tecnologia, infraestrutura e recursos humanos capacitados para participar do mercado e realizar seu potencial de promover o crescimento econômico local e regional. É desejada a presença do governo na coordenação e na implementação de políticas públicas para facilitar o ajustamento, a regularização e a competição nos mercados. E é imprescindível a presença do setor público nos investimentos em logística de transportes e armazenagem, dentre outros.

O Governo de São Paulo está propondo a criação do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social, cujo objetivo é potencializar a comercialização da produção agrícola de assentados, quilombolas e agricultores familiares tradicionais, pescadores artesanais e indígenas, adquirindo os produtos para consumo em presídios, hospitais, merenda escolar ou outros programas sociais. O projeto está tramitando na Assembleia Legislativa. Também foi lançado recentemente o Via Rápida Emprego, programa de capacitação de mão de obra para pessoas de baixa renda e escolaridade, idosos e egressos do sistema penitenciário. O setor poderá se beneficiar, e muito, com essas iniciativas.

No âmbito da SAA, está disponível o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap) – o Banco do Agronegócio Familiar, que oferece financiamento, subvenção ao seguro e apoia os produtores rurais, pecuaristas, pescadores artesanais, associações e cooperativas.

Se de um lado a presença do Estado é indispensável, de outro é de vital importância que o setor também faça sua parte e se organize. O desenvolvimento do associativismo e do cooperativismo pode ajudar na aquisição e venda dos insumos e produtos, no acesso à assistência técnica, a novas tecnologias, equipamentos, crédito, seguro e processos de adição de valor. A adequada utilização dessas ferramentas tornará a atividade agropecuária mais competitiva, rentável e sustentável, pois em termos de eficiência e eficácia vale a máxima: "tamanho não é documento"!

Nesse ciclo virtuoso ganham produtores e consumidores. Ganha o Brasil. ■

*Engenheira agrônoma e Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo